



Uma Análise das Reeleições de Prefeitos e das Reconduções Partidárias em Municípios da Região Sudeste em um Contexto de Pandemia¹

An Analysis of Mayor Re-Elections and Party Renewals in Municipalities in the Southeast Region in a Pandemic Context

Marcos Henriques Mariano Secolo

Universidade Federal de Viçosa – UFV – Brasil

marcos.secolo@ufv.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5007-3374>

Tiago Carneiro da Rocha

Universidade Federal de Viçosa – UFV – Brasil

tiago.c.rocha@ufv.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8381-1516>

Recebido: 9 Mai 2024

Revisado: 1 Jul 2024

Aceito: 26 Jul 2024

Resumo

Objetivo: Analisar o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos e/ou seus partidos reconduzidos, bem como avaliar quais são as condicionantes deste fenômeno no ano de 2020, sob o cenário de pandemia da covid-19. **Metodologia:** Estatística descritiva para avaliar o perfil dos municípios e a regressão logística binomial para avaliar as condicionantes que influenciaram na probabilidade de reeleição e/ou recondução. **Principais resultados:** Os municípios que obtiveram êxito na reeleição e/ou recondução nas eleições de 2020 são discrepantes entre si, possuindo baixa arrecadação própria e maiores arrecadações via transferências intergovernamentais, além de distintas realidades de infecção pela covid-19, possuindo mais semelhanças apenas na vulnerabilidade social. Já a probabilidade de reeleição e/ou a recondução dos partidos ao cargo são influenciadas positivamente pelos prefeitos que valorizam os servidores públicos com salários melhores e/ou utilizam o potencial empregador das prefeituras, arrecadam recursos sem contrapartida de ônus para população, possuem apoio político através de alinhamento partidário com os entes federativos superiores, focam na distribuição de renda aos munícipes em vulnerabilidade social e que durante a pandemia focaram na economia ao invés da contenção dos casos de covid-19. **Contribuições acadêmicas:** A assimetria informacional e o comportamento oportunista como direcionadores, somados às condicionantes orçamentárias, políticas, socioeconômicas e pandêmicas são fatores que, em conjunto, explicam a reeleição e a recondução partidária. **Contribuições práticas:** A importância das informações e o uso do aparato estatal para benefícios de cunho oportunista, influenciando o eleitor que não participa ativamente do processo eleitoral a ser induzido em suas escolhas.

Palavras-chave: teoria de Agência; reeleição de prefeitos; recondução de partidos.

Abstract

Purpose: Analyze the profile of municipalities that had their mayors re-elected and/or their parties reappointed, as well as evaluating the conditions for this success in 2020 under the Covid-19 pandemic scenario. **Methodology:** Descriptive statistics to evaluate the profile of municipalities and binomial logistic regression to evaluate the conditions that influenced the probability of reelection and/or reappointment. **Main results:** The profile of the municipalities that were successful in reelection and/or reappointment in the 2020 elections are different from each other, having low own revenue and higher collections via intergovernmental transfers, in addition to different realities of Covid-19 infection, having more similarities only in vulnerability Social. The probability of reelection and/or the reappointment of office parties are positively influenced by mayors who value public servants with better salaries and/or use the potential employer of city halls, raise resources without a counterpart burden on the population, have political support through of party alignment with higher federal entities, focus on income distribution to socially vulnerable citizens, and during the pandemic they emphasized the economy rather than containing Covid-19 cases. **Academic contributions:** Information asymmetry

¹Editor-associado: Flávio Perazzo Barbosa Mota (<https://orcid.org/0000-0001-6812-1499>)

and opportunistic behavior as drivers, added to budgetary, political, socioeconomic, and pandemic constraints as factors that together explain party re-election and reappointment. **Practical contributions:** The importance of information and the use of the state apparatus for opportunistic benefits, thus influencing voters who do not actively participate in the electoral process and can be induced in their choices.

Keywords: agency theory; re-election of mayors; reappointment of parties.

1. Introdução

A gestão pública nos entes federativos começa com a eleição de seus representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Desde o âmbito municipal até o âmbito federal a eleição é feita através do voto secreto e é facultativa para analfabetos, maiores de 70 anos e com menores de 16 anos (Brasil, 1988). O objetivo do gestor é oferecer serviços visando a satisfação das necessidades coletivas, atendendo assim ao princípio da coletividade. A partir dessa gestão o gestor pode ser recompensado ou não pelos eleitores através de uma possível reeleição (Rocha et al., 2021).

A reeleição no Brasil era vedada ao poder Executivo municipal, estadual e federal, sendo permitida aos cargos Legislativos desde a primeira constituição de 1891 até a constituição de 1988 (Brasil, 1891). Ela foi prevista a partir da Emenda Constitucional nº 16/1997, que estabeleceu o parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, anunciando que os cargos de presidente da república, governadores de estado e do distrito federal e prefeitos, a partir daquele momento, passam a ter a possibilidade de serem reeleitos para um único período subsequente. Para senadores, deputados federais, estaduais e vereadores não há limite de reeleições (Brasil, 1997).

A reeleição é uma forma de certificar e manter o apoio em determinado candidato ou ao seu partido, tendo em vista que se o eleitor repetir o seu voto, ele validou as propostas e a execução delas durante o período de mandato que tem a duração de quatro anos, mostrando-se, assim, satisfeito. Por outro lado, o eleitor tem o poder de mudar o seu direcionamento se não aprovar a sua última escolha.

Outro ponto importante se dá no fato de que no Brasil, a cada dois anos, tem eleição para os poderes Executivo e Legislativo, o único detalhe são os mandatos dos senadores, que tem duração de oito anos. Logo, as eleições para definição do Presidente da República e seu vice, Governadores e seus vices, Senadores, Deputados Federais e Estaduais se separam das eleições para definição do Prefeito e seu vice e dos vereadores. Inclusive, cabe ressaltar a complexidade da questão municipal, considerando 5.570 municípios, contando o Distrito Federal em Brasília e Fernando de Noronha em Pernambuco (IBGE, 2022). Além disso, para a composição das Câmaras Municipais, o número de cadeiras está vinculado à quantidade de habitantes do município, de acordo com a Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009, que modificou a redação do inciso IV do art. 29 e 29-A da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 2009). Sendo assim, as eleições municipais possuem diferenciações entre os próprios municípios de acordo com o seu porte populacional.

Assim, desde 1997 nota-se, através da literatura, que diversos estudos analisaram o fenômeno da reeleição, tanto os seus fatores condicionantes e como ela impacta nas políticas públicas e no desenvolvimento do mandato de um candidato. Ao se tratar das condicionantes da reeleição destacam-se a realização de investimentos públicos, as despesas totais e as suas respectivas representatividades nas unidades federativas, sendo estas classificadas como orçamentárias (Silva & Braga, 2013; Cavalcante, 2016; Dias et al., 2018; Rocha et al., 2021).

Destacam-se condicionantes políticas o alinhamento partidário, a ideologia política e a performance dos gestores públicos (Mendes & Rocha, 2004; Balaguer Coll & Brun Martos, 2013; Balaguer Coll et al., 2014; Cavalcante, 2016). Ressalta-se as condicionantes socioeconômicas a distribuição de renda, a densidade demográfica e o desenvolvimento humano (Balaguer Coll & Brun Martos, 2013; Silva & Braga, 2013; Ministério da Cidadania, 2022).

Diferente de outras eleições municipais, as eleições de 2020 tiveram algumas particularidades, entre elas a data da eleição, que ocorre no mês de outubro e neste ano foi postergada para novembro, devido à outra peculiaridade, a pandemia da covid-19 que mudou o cenário do Brasil e do mundo. Com todas essas mudanças os prefeitos possam ter sido julgados pelo tratamento que tiveram em relação à pandemia.

No entanto, apesar do que a literatura já trouxe, esta pesquisa tem como finalidade compreender as condicionantes da reeleição e/ou recondução em uma conjuntura pandêmica. Salienta-se que este conjunto de condicionantes refletem as particularidades dos municípios, de sua população e dos candidatos, o que remete a seguinte questão de pesquisa: **Como as características econômicas,**

orçamentárias e políticas influenciam no processo de reeleição de um prefeito e/ou a recondução de seu partido em um contexto de pandemia?

O diferencial deste estudo se concentra na delimitação dos dados, pois a pesquisa irá analisar as reeleições municipais da região sudeste no ano de 2020. A escolha pela região sudeste se dá pelo fato de ser a região com maior importância no desenvolvimento econômico no PIB nacional, sendo também a região com maior concentração populacional do Brasil (IBGE, 2017). A escolha desta temática e a relevância desta pesquisa está na importância das eleições municipais para a gestão pública e no estabelecimento da compreensão da formatação política e técnica do processo eleitoral, considerando que a gestão pública municipal é responsável pela execução/oferecimento de serviços públicos à sociedade em função do conhecimento da demanda e da proximidade com a população.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo foi analisar as condicionantes e a probabilidade de reeleição dos gestores públicos municipais da região sudeste do Brasil nas eleições de 2020. Para isso, analisou-se o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos e/ou seus partidos reconduzidos e quais as condicionantes que interferem na probabilidade de reeleição dos prefeitos e/ou na recondução de seus partidos.

O estudo busca contribuir com a literatura existente ao tentar compreender quais as condicionantes da reeleição em um contexto de pandemia. Foram analisadas as reeleições e reconduções no contexto da pandemia, em uma das regiões mais afetadas do país, a Sudeste, representando 34,95% de todos os casos de infecção pela covid-19 e a detentora de 45,48 % dos óbitos causados pela doença no país até o dia que antecedeu o primeiro turno das eleições, 14 de novembro de 2020 (Brasil, 2022).

Além disso, as ações efetuadas pelos gestores públicos no contexto de pandemia para a contenção da doença e suas possíveis influências no processo de reeleição reforçam a relevância do estudo. Isso ocorreu, uma vez que as ações públicas foram muito divergentes gerando diversas conjunturas da pandemia entre os municípios. Por fim, os resultados encontrados permitiram verificar a atenção dos eleitores às práticas exercidas pelos gestores locais e suas implicações na escolha dos eleitores por novos representantes.

2. Referencial teórico

2.1. Teoria da agência

No início das atividades comerciais, dada a baixa complexidade das trocas financeiras e operacionais realizadas pelas pessoas e estabelecimentos da época, o proprietário do estabelecimento também era o gestor. Porém com o passar das décadas e com o aumento da complexidade, foi necessário que o proprietário contratasse uma pessoa para poder delegar as atividades de gestão da entidade, havendo um empoderamento para tomada de decisões, assim surgindo as figuras do principal e do agente, evidenciando a relação entre a propriedade e o controle, ou seja, o principal na função de proprietário e o agente na função de controle (Jensen & Meckling, 1976; Albuquerque et al., 2007).

Conforme o estudo de Jensen e Meckling (1976) a Teoria de Agência tem como fundamento a existência de um mercado movido por contratos explícitos e implícitos, que trazem as funções, deveres e direitos dos stakeholders. O principal ponto dessa teoria se encontra no relacionamento entre o agente e o principal, sendo que o agente goza de informações privilegiadas que o principal não possui. Assim, é inserido o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal, beneficiando o agente (Jensen & Meckling, 1976).

No contexto público, a Teoria de Agência é apresentada da seguinte forma: no papel de principal têm-se a sociedade e no papel do agente, os gestores públicos, contratados pela sociedade para a representação e a execução de serviços públicos para atender ao princípio da coletividade. Como o principal e o agente podem apresentar divergências e as ações do agente podem não corresponder às diretrizes que o principal busca, isso pode ser entendido como um comportamento oportunista (Pinto et al., 2012).

Dado que a administração pública é notada pela existência de conflitos de interesses entre o principal (sociedade) e o agente (gestores públicos), visando benefícios próprios, como por exemplo a reeleição (Cavalcante, 2016), a Teoria de Agência é uma das formas utilizadas para entender essas relações, ao possibilitar a compreensão da transferência da soberania da sociedade em relação aos seus agentes que são os representantes públicos eleitos (Rocha et al., 2021).

Dada a importância da teoria, principalmente nos seus pressupostos de assimetria informacional e comportamento oportunista, ela pode ser relacionada com a tentativa de se reeleger para um segundo mandato. A reeleição pode ser vista, de fato, como um comportamento de natureza oportunista e logo contribuiu para a leitura e a compreensão dos resultados deste.

2.2. Condicionantes da reeleição

As condicionantes da reeleição foram classificadas em quatro subgrupos: orçamentárias, políticas, socioeconômicas e pandêmicas

2.2.1. Condicionantes orçamentárias

Em relação às condicionantes orçamentárias, destacam-se as análises acerca de investimentos públicos, despesa total, despesa de capital, despesas de pessoal, receitas tributárias, receitas oriundas de transferências intergovernamentais e endividamento público. No que se refere ao investimento público os eleitores tendem a premiar com a reeleição os gestores que fazem uma boa gestão, que visam o bem comum, o bem-estar social e a qualidade de vida da população, e os que realizam investimentos públicos mais próximos aos períodos eleitorais (Dias et al., 2018; Sakurai & Menezes, 2008; Rocha et al., 2021).

Discorrendo sobre a despesa total, Silva e Braga (2013) explanam que governantes que aumentaram suas despesas em anos que tem eleição reduzem a probabilidade de se eleger, já Balaguer Coll et al. (2014) e Balaguer Coll e Brun Martos (2013) evidenciaram que o aumento nos gastos pode aumentar a probabilidade de reeleição, indicando que os eleitores tendem a castigar os gestores que potencializam os seus gastos no último ano de mandato, visando um comportamento oportunista.

Com relação aos dispêndios relacionados às despesas de capital, os eleitores tendem a premiar com a reeleição os candidatos que visam a construção de infraestrutura para o atendimento da satisfação pública, como escolas, hospitais, saneamento, entre outros (Cavalcante, 2016; Balaguer Coll & Martos, 2013; Balaguer Coll et al., 2014)

No tocante às receitas tributárias os resultados são divergentes. Balaguer Coll et al. (2014) e Sakurai e Menezes (2008) estudaram que elas têm uma relação positiva com a reeleição, o que demonstra que os eleitores pensam no aumento dos disponíveis para possíveis gastos futuros, mesmo que resultando em uma maior arrecadação de impostos. Já Silva e Braga (2013) e Cavalcante (2016) verificaram uma influência negativa, apontando que os eleitores não veem com bons olhos gestores que arrecadam mais impostos.

No que concerne às receitas oriundas de transferências intergovernamentais, Sakurai e Menezes (2007, 2008) afirmam que elas têm influência positiva direta na reeleição, na ótica de que é necessário arrecadar mais para poder gastar mais, corroborando com Balaguer Coll e Brun Martos (2013) que evidenciaram que quanto maiores as transferências para os municípios, maiores são as chances de se manter no poder.

Com referência às despesas com pessoal, Rocha et al. (2021) encontraram uma relação negativa, indicando assim que aumentos de despesas com pessoal reduzem a probabilidade, corroborando com o estudo de Meneguín et al. (2005) que confirmou a relação negativa.

Já o endividamento público, acontece quando as despesas são superiores às receitas dos entes públicos, por meio da concessão de empréstimos de terceiros ou diretamente em instituições bancárias (Macedo & Corbari, 2009). No estudo de Meneguín e Bugarin (2001), os autores sugerem que no nível estadual quanto maiores forem as chances de os governadores se manterem no cargo, por mais mandatos, mais cautelosos serão em relação aos endividamentos estaduais. Em outras palavras, quanto maior for a chance de reeleição do governador, mais cauteloso ele será quanto à contração de dívidas no seu primeiro mandato, pois, terá que arcar com a contrapartida dos empréstimos, o que diminuiria a receita pública no futuro. Assim, espera-se uma relação negativa com a variável reeleição.

2.2.2. Condicionantes políticas

Nas condicionantes políticas destacam-se as pesquisas acerca do alinhamento partidário, da ideologia política e da performance. Na ideologia política, Balaguer Coll et al. (2014) e Balaguer Coll e Brun Martos (2013) dizem que os governantes participantes de partidos de ideologias ligadas as de direita tendem a ter mais sucesso nas eleições, o que pode estar relacionado ao comportamento mais conservador dessa ideologia (Rocha et al., 2021).

No tocante à performance, Mendes e Rocha (2004) verificaram que o eleitor e/ou as instituições monitoram parcialmente apenas os prefeitos, e que a probabilidade de reeleição está fortemente correlacionada com a expansão dos gastos públicos.

Com relação ao alinhamento partidário, o alinhamento entre o partido do prefeito e o do governador do seu estado é relevante, com uma relação positiva, enquanto o alinhamento entre o partido do prefeito e o presidente tem uma relação negativa (Sakurai & Menezes, 2008; Silva & Braga, 2013; Cavalcante, 2016). É válido ressaltar que os eleitores que o candidato à reeleição carrega desde sua primeira candidatura são importantes, ou seja, todo o patrimônio eleitoral que ele conquistou durante o período em que ficou como gestor faz diferença para a reeleição e/ou recondução (Cavalcante, 2016).

2.2.3. Condicionantes socioeconômicas

Nas condicionantes socioeconômicas, destacam-se as pesquisas acerca de desenvolvimento humano, distribuição de renda e densidade demográfica. Na distribuição de renda, destaca-se o Programa Bolsa Família que é uma importante política pública, criada em 2003, que visa realizar transferências diretas e condicionadas de renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, garantindo a elas uma renda básica, estimulando a independência dessas famílias. (Ministério da Cidadania, 2022).

Em relação à densidade demográfica, Balaguer Coll e Brun Martos (2013) constataram uma relação positiva entre as chances de reeleição e entre o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Eleitores de municípios com maior desenvolvimento humano tendem a reeleger mais prefeitos (Dias et al., 2018). Por outro lado, melhores condições socioeconômicas, que se baseiam pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciaram uma relação negativa em relação à reeleição (Dias et al., 2018; Silva & Braga, 2013).

2.2.4. Condicionantes pandêmicas

Nas condicionantes pandêmicas umas das formas utilizadas para representar o contexto são os números de infectados e o número de óbitos pela Covid-19. Essas variáveis foram utilizadas para a eleição de 2020 em vista da conjuntura de um cenário pandêmico, sendo divergentes entre os municípios. Logo, cada um dos municípios que compõem a região sudeste possui suas autonomias individuais, capacidades diferentes e divergentes disponibilidades de recursos, o que contribui para um difícil combate à pandemia de forma similar, obtendo diversos desempenhos dos gestores públicos (Ito & Pongeluppe, 2020).

3. Método

3.1. Amostra e fonte de dados

O estudo se classifica como uma pesquisa quantitativa, porque os dados analisados se materializam em números com inferências estatísticas e são resultantes de mensuração (Fávero & Belfiore, 2017). Visando atender aos objetivos propostos, a amostra consistiu nos municípios da região sudeste do Brasil, sendo as menores partículas do território brasileiro (Brasil, 1988). Dessa forma, a pesquisa possuiu uma população de 1.668 unidades municipais, que representa 29,95% dos 5.570 municípios totais do Brasil. No entanto, foram excluídos 13 municípios pela falta de dados para prosseguir com o estudo e excluiu-se, ainda, outros 227 municípios na análise exploratória de dados, tendo em vista que estas unidades amostrais apresentaram dados discrepantes. Logo, a amostra compreendeu 85,61% da totalidade de unidades de análise possíveis.

Os dados contemplaram os anos de 2016 a 2020, permitindo analisar a reeleição dos gestores nas eleições municipais de 2020. O número de municípios analisados foi distribuído da seguinte forma: Minas Gerais com 715 municípios, São Paulo com 573 municípios, Rio de Janeiro com 69 municípios e o Espírito Santo com 71 municípios, fechando assim a amostra de 1.428 municípios da região sudeste.

As informações orçamentárias, políticas, socioeconômicas e pandêmicas são de ordem secundária e foram extraídas das seguintes fontes oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Finanças Públicas do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Cidadania (MC).

3.2. Métodos e variáveis

Para analisar as condicionantes e a probabilidade de reeleição dos gestores públicos municipais da região sudeste do Brasil nas eleições de 2020 utilizou-se de dois métodos estatísticos, a estatística descritiva e a regressão logística binomial. As variáveis utilizadas foram descritas na Tabela 1, a seguir, bem como suas respectivas fontes, relação esperada e base conceitual.

Tabela 1 – Variáveis, expectativas teóricas e fontes

Variável Dependente				
Variável Dependente	Descrição da Variável			Fonte
ReelrecPrefeito	Variável <i>dummy</i> , que indica se o prefeito foi reeleito ou se houve recondução do partido no cargo. Será atribuído valor 1 para o caso de reeleição ou recondução, e 0 caso não for.			TSE
Variáveis Explicativas				
Variável Explicativa	Descrição das Variáveis	Relação Esperada	Base Conceitual	Fonte
LnRecProPc	Logaritmo natural do somatório das receitas de competência municipal arrecadadas <i>per capita</i> .	Negativa	Silva e Braga (2013), Cavalcante (2016)	FINBRA
LnRecTransfPc	Logaritmo natural do somatório das receitas de transferências intergovernamentais arrecadadas <i>per capita</i> .	Positiva	Sakurai e Menezes (2007,2008), Balaguer Cool e Brun Martos (2013)	FINBRA
LnDespPessPc	Logaritmo natural das despesas com pessoal e encargos sociais <i>per capita</i> .	Negativa	Rocha, Araújo e Brunozi (2021), Meneguín et al. (2005)	FINBRA
LnDespCapPc	Logaritmo natural do somatório das despesas de capital liquidadas <i>per capita</i> .	Positiva	Balaguer Coll e Brun Martos (2013), Balaguer Coll et al. (2014), Cavalcante (2016)	FINBRA
LnDívPc	Logaritmo natural do somatório das dívidas municipais <i>per capita</i> .	Negativa	Meneguín e Bugarin (2001)	SADIPEM
MPG	variável <i>dummy</i> (1 para o partido do governador igual ao do prefeito e 0 para partidos diferentes).	Positiva	Sakurai e Menezes (2007, 2008), Silva e Braga (2013), Cavalcante (2016)	TSE
MPP	variável <i>dummy</i> (1 para o partido do presidente igual ao do prefeito e 0 para partidos diferentes).	Negativa	Sakurai e Menezes (2007, 2008), Silva e Braga (2013), Cavalcante (2016)	TSE
LnBFPc	Logaritmo dos valores dispendidos com o Bolsa Família, <i>per capita</i> .	Positiva	Shikida et al. (2009)	MC
LnCasCov	Logaritmo natural do número de casos confirmados de infectados pela covid-19 a cada 1.000 habitantes = N° de casos/população x 1.000.	Negativa	*	MS

Nota. *Hipótese empírica, baseada na expectativa dos autores.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que as variáveis explicativas utilizadas foram selecionadas e respaldadas pelas respectivas bases conceituais e se encontraram disponíveis ao longo de todo o período de análise. Destaca-se, ainda, que elas refletem um conjunto de condicionantes que caracterizam os municípios, a população e os candidatos. Ademais, essas características foram colocadas à prova no contexto pandêmico, tendo em vista a necessidade orçamentária, os relacionamentos políticos e os efeitos socioeconômicos que necessitaram ser conciliados conjuntamente para combater os desafios criados pela pandemia e a garantia do bem-estar social de todos os indivíduos.

Quanto aos métodos, para analisar o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos, o estudo utilizou como método a estatística descritiva. Tal método descreve e sintetiza as principais características observadas em um conjunto de dados, por meio de algumas ferramentas, permitindo uma melhor leitura deles, sendo a análise baseada em um ou mais conjuntos de dados, sem tirar conclusões acerca da população (Fávero & Belfiore, 2017).

Já para avaliar as condicionantes que interferem na probabilidade de reeleição dos prefeitos da região sudeste empregou-se a regressão logística binomial. A metodologia tem o intuito de estimar a probabilidade de ocorrência de um fenômeno através de uma variável *dummy*, com duas categorias, uma que indicará o não evento de interesse (*dummy* =0) e a que indicará o evento de interesse (*dummy*=1). Logo, para este estudo o evento de interesse é a reeleição dos gestores públicos municipais e/ou a recondução dos seus partidos (Fávero & Belfiore, 2017).

Diante do exposto, a modelagem deste estudo foi:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1+e^{-g(x)}} \quad (1)$$

$$g(x) = \beta_0 + \beta_1 \text{RecPropPc}_i + \beta_2 \text{RecTransfPc}_i + \beta_3 \text{DespPessPc}_i + \beta_4 \text{DespCapPc}_i + \beta_5 \text{DívPc}_i + \beta_6 \text{MPG}_i + \beta_7 \text{MPP}_i + \beta_8 \text{CasCov}_i + \beta_9 \text{BFPC}_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Sendo que:

$P(Y = 1)$: é a probabilidade de a variável dependente ter valor 1, ou seja, de ocorrer o fenômeno de reeleição e/ou recondução;

β_0 : é o intercepto;

i : indica os municípios;

ε : termo de erro.

Neste estudo a variável dependente é representada pela reeleição do prefeito e/ou recondução de seu partido, sendo as outras consideradas como variáveis independentes.

4. Resultados

4.1. Estatísticas descritivas

Consta na Tabela 2 os valores de média, desvio padrão, coeficiente de variação, valores mínimo e máximo das variáveis utilizadas no estudo para analisar o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos e/ou seus partidos reconduzidos. Ao analisar os municípios da região sudeste, verificou-se que da amostra de 1.428 municípios, em 583 ocorreu a reeleição e/ou recondução.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
RecProPc	583	352,25	342,69	97,29%	27,13	2.885,80
RecTransfPc	583	3.571,02	1.302,91	36,49%	1.544,85	8.272,84
DespPessPc	583	1.928,95	646,98	33,54%	825,12	4.175,19
DespCapPc	583	371,41	216,61	58,32%	77,21	1.433,64
DívPc	583	1.302,29	1.956,23	150,21%	-3.117,45	16.113,60
MPG	583	0,17	0,38	223,53%	0	1
MPP	583	0,01	0,09	900,00%	0	1
BFPC	583	55,22	11,97	21,67%	30,33	94,30
CasCov	583	17,16	12,63	73,60%	1,84	105,58

Fonte: Dados da pesquisa.

As receitas próprias *per capita*, ou seja, os valores arrecadados a partir de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, apresentaram uma média de R\$ 352,25, com um desvio padrão de R\$ 342,69, este último é a medida de dispersão. Como o desvio está muito próximo do valor da média, o coeficiente de variação, que é a razão entre o desvio padrão e a média, indica uma alta dispersão dos dados com 97,29%. O valor mínimo obtido foi de R\$ 27,13, referente ao município de Varzelândia - MG, enquanto o valor máximo foi de R\$ 2.885,80, associado ao município de São Caetano do Sul - SP.

As receitas de transferências *per capita*, que são as transferências intergovernamentais para os municípios, evidenciaram a maior média dos nossos resultados, que foi de R\$ 3.571,02, com um desvio padrão de R\$ 1.302,91. Como o desvio está menor do que a média, o coeficiente de variação indica uma baixa dispersão dos dados com 36,49%. O valor mínimo obtido correspondeu a R\$ 1.544,85, referente ao município de Nova Iguaçu - RJ, enquanto o valor máximo foi de R\$ 8.272,84, correspondente ao município de Senador Cortes - MG.

Em relação às variáveis orçamentárias que representam a arrecadação, destaca-se a expressividade das receitas de transferências, onde observou-se que estas possuem uma média superior às receitas próprias. Além disso, como as receitas de transferências possuem um menor coeficiente de variação que as receitas próprias, apresentando um indicativo que além de uma média maior os valores destas transferências são bem homogêneos entre os municípios da região sudeste. Tais resultados corroboram que os municípios brasileiros possuem baixas arrecadações próprias e expressivas arrecadações de transferências em relação a sua arrecadação total (Suzart et al., 2018)

Em relação às despesas com pessoal *per capita*, que são o pagamento dos colaboradores das estruturas públicas, a variável obteve um desvio menor do que a média, porém, ainda distante, o coeficiente de variação indica uma baixa dispersão dos dados com 33,54%. Esta variável apresentou uma média de R\$ 1.928,95, com um desvio padrão de R\$ 646,98. O valor mínimo obtido foi de R\$ 825,12, referente ao município de Ubá – MG, enquanto o valor máximo foi de R\$ 4.175,19, relativo ao município de Sebastianópolis do Sul – SP.

Já as despesas de capital *per capita* apresentaram uma média de R\$ 371,41, com um desvio padrão de R\$ 216,61. Como o desvio está menor do que a média, ainda distante, o coeficiente de variação indica uma alta dispersão dos dados com 58,32%. O valor mínimo obtido foi de R\$ 77,21, referente ao município de Promissão – SP, enquanto o máximo foi de R\$ 1.433,64, relacionado a Guarani d' Oeste – SP.

No que tange às dívidas municipais, a variável apresentou uma média de R\$ 1.302,29, com um desvio padrão de R\$ 1.956,23. O desvio está superior à média e o coeficiente de variação indica uma alta dispersão dos dados com 150,21%. O valor mínimo obtido foi de – R\$ 3.117,45, referente ao município de Porciúncula-RJ, essa dívida negativa pode ter ocorrido devido a algum lançamento corretivo. O valor máximo foi de R\$ 16.113,60, relacionado a Miracema – RJ.

Quanto ao alinhamento partidário, por sua vez, verificou-se que, em média, 17% dos gestores municipais eram do mesmo partido dos seus respectivos governadores estaduais e apenas 0,35% eram do mesmo partido do presidente da república, sendo apenas cinco municípios: Monte Sião - MG, São João del Rei – MG, São Pedro dos Ferros – MG, Mirandópolis - SP e São Carlos - SP. Ambos os alinhamentos apresentaram elevados coeficientes de variação, 223,53% no alinhamento partidário com os governadores e 900,00% no alinhamento partidário com o presidente. Tal constatação demonstra poucos prefeitos na região sudeste que são do mesmo partido dos seus respectivos governadores e também do partido do presidente da república.

Com relação à variável Bolsa Família *per capita*, que é uma política de distribuição de renda, percebeu-se que a média *per capita* encontrada foi de R\$ 55,22, com um desvio padrão de R\$ 11,97. Como o desvio está relativamente menor do que a média, indica uma dispersão dos dados com 21,67%, a menor variabilidade encontrada entre as variáveis analisadas. O valor mínimo encontrado foi de R\$ 30,33, referente ao município de Presidente Epitácio – SP, enquanto o valor máximo de R\$ 94,30 foi referente a Elias Fausto – SP.

Por fim, quanto aos casos de covid-19 verificou-se uma média de 17,16 casos a cada mil habitantes. O valor mínimo obtido foi de 1,84 casos a cada mil habitantes referente ao município de Divinolândia de Minas – MG, um pequeno município da mesorregião do Vale do Rio Doce, que possuía em 2021 uma população estimada de 7.655 habitantes e apenas 14 infecções por covid-19 até as vésperas da eleição (Brasil, 2022). O valor máximo foi de 105,58 casos a cada mil habitantes, relacionado a Guareí – SP, pequeno município da mesorregião de Itapetininga, que possuía em 2021 uma população estimada de 19.244 habitantes e 1.994 casos de covid-19 até as vésperas da eleição, ou seja, um nível de infecção superior a 10% da população total do município. O desvio padrão foi menor que a média, mas, mesmo assim, o coeficiente de variação indica uma alta dispersão dos dados com 73,6%.

Em relação às variáveis que possibilitam compreender o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos e/ou seus partidos reconduzidos, verificou-se que o Bolsa Família é a de menor dispersão, assim mantendo os dados dessa variável mais homogênea, ou seja, tal constatação indica que a vulnerabilidade social, representada pela distribuição de renda, é muito similar com a realidade dos municípios da região sudeste, atendendo à equidade.

Quanto às demais variáveis, elas apresentam uma alta disparidade entre os dados, mostrando a pluralidade de realidades existentes na região sudeste, sendo a maior disparidade o alinhamento partidário com o presidente. O fato acontece pelo partido do presidente em questão, o Partido Social Liberal (PSL), não ser comum, assim obtendo apenas 5 municípios alinhados. Além de tudo, enfatiza-se que a pandemia, representada pelo número de infecções pela covid-19, apresentou realidades distintas entre os municípios da região sudeste.

4.2. Condicionantes da reeleição e/ou recondução nos municípios da região sudeste

Para avaliar quais as condicionantes que interferem na probabilidade de reeleição dos prefeitos e/ou recondução de seus partidos têm-se na Tabela 3 os resultados do modelo de regressão logística binomial.

Tabela 3 – Relação das variáveis condicionantes da reeleição e/ou recondução, em 2020

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	z	P> z
LnRecProPc	1,1239	0,0915	1,43	0,151
LnRecTransfPc	1,3355	0,5264	0,73	0,463
LnDespPessPc	0,4925	0,1989	-1,75	0,080*
LnDespCapPc	1,1583	0,1301	1,31	0,191
LnDívPc	1,1054	0,0564	1,97	0,049 **
MPG	2,1332	0,3686	4,38	0,000 ***
MPP	0,3680	0,1865	-1,97	0,049 **
LnBFPc	0,5578	0,1488	-2,19	0,029 **
LnCasCov	0,8289	0,0694	-2,24	0,025 **
Constante	25,7953	44,7223	1,87	0,061 **

Nota. Significância Estatística * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$ e *** $p < 0,01$

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos resultados expostos, evidencia-se que a reeleição e/ou recondução é influenciada positivamente pelo alinhamento partidário dos prefeitos com os governadores a um nível de 1% de significância; pelas dívidas, pelo alinhamento partidário dos prefeitos com o presidente, pelos casos de covid-19 e pelo Programa Bolsa Família a um nível de significância de 5%; e pelas despesas de pessoal a um nível de 10% de significância.

Inicialmente, no que tange às condicionantes orçamentárias têm-se que quanto maiores os volumes de despesas com pessoal e de dívidas, maiores são as probabilidades de os prefeitos serem reeleitos e/ou terem seus partidos reconduzidos. No caso das despesas com pessoal destaca-se que a condicionante apresentou um comportamento diferente do que era esperado refutando a base conceitual. Este comportamento vai contra à ideia de que essas despesas são vistas de modo negativo pelos eleitores (Silva & Braga, 2013). Esta mudança de comportamento da variável pode demonstrar um enaltecimento dos eleitores aos candidatos que valorizam financeiramente os servidores públicos locais, representando também o potencial do poder local municipal na geração de empregos e rendas, principalmente em municípios com baixa capacidade econômica.

Assim como a condicionante anterior, as dívidas municipais se opuseram à base conceitual que evidenciou uma relação negativa entre o endividamento e a reeleição e/ou recondução (Meneguim & Bugarin, 2001). Para explicar esse contraponto, entende-se que a contratação de dívidas gera uma arrecadação que não onera diretamente o bolso do cidadão, logo, o eleitor quer que o ente arrecade mais para executar serviços públicos em maior quantidade, porém, sem contribuir com esta arrecadação.

Quanto às condicionantes políticas, o alinhamento político partidário dos prefeitos com os governadores corroborou com a base conceitual, no entanto, o alinhamento político partidário dos prefeitos com o presidente contrariou as expectativas. Consequentemente, se o prefeito for do mesmo partido que o governador, maior a probabilidade de reeleição ou do seu partido ser reconduzido, o mesmo ocorre se o prefeito for do mesmo partido que o presidente. Esses resultados vão ao encontro dos estudos de Cavalcante (2016) e Sakurai e Menezes (2007) sugerindo que o alinhamento partidário estreita relações, gerando uma maior chance de captação de recursos e de presença de políticos que representam entes políticos hierarquicamente superiores como apoiadores, influenciando assim a reeleição e/ou recondução do partido no cargo.

Especificamente, quanto ao alinhamento político partidário dos prefeitos com o presidente obteve-se uma relação divergente com os estudos de Sakurai e Menezes (2007, 2008), Silva e Braga (2013), Cavalcante (2016), já que nestes estudos a influência foi positiva. Isso pode ter ocorrido porque outros estudos abordam em sua análise muitos municípios, ou analisaram um estado como base. Outrossim, o partido do presidente em exercício em 2020, não era tão relevante antes da entrada de Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito presidente na eleição de 2018 pelo PSL, partido com apenas 5 prefeitos eleitos em 2020, assim eles possuem uma grande representatividade em termos de apoio por serem poucos.

Com relação à condicionante socioeconômica, o Programa Bolsa Família, que representa a vulnerabilidade social da população, apresentou que quanto maior for a distribuição de renda no município a partir do programa, maior a probabilidade de reeleição e/ou recondução. Esse resultado corrobora com o estudo de Shikida et al. (2009) que analisou as condicionantes que interferiram na reeleição do ex-presidente Lula em 2006, cujos resultados confirmam a significância de gestores que

conseguem beneficiar, de algum modo, cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Além do mais, os resultados da distribuição de renda são sentidos pelos gestores municipais, uma vez que os municípios são os responsáveis pela gestão do programa, custeado pelo governo federal.

Finalmente, a condicionante que representou o contexto de pandemia durante o processo eleitoral de 2020, o número de infecções pela covid-19 até a véspera das eleições, demonstrou que quanto maiores os números de infecções, maiores também são as probabilidades do prefeito se reeleger ou do seu partido ser reconduzido. Este resultado contraria a expectativa empírica esperada e é inesperado que um número maior de infectados possa beneficiar os gestores públicos. O comportamento pode ser compreendido, pois na pandemia a autonomia administrativa se evidenciou com maior ênfase e cada gestor público, na competência de sua unidade federativa, realizou ações com o intuito de evitar o colapso do sistema público de saúde, reduzir a transmissão do vírus, e, conseqüentemente, o número de casos e de óbitos pela covid-19 (Aquino et al., 2020). Porém, devido a esta autonomia de cada município as ações se divergiram e muitas vezes não foram focadas na saúde dos cidadãos.

Deste modo, apesar das ações tomadas no sentido de enfrentar a pandemia e seus diversos efeitos, algumas distorções podem ocorrer. Neste contexto, as distorções foram a utilização da autonomia em ações focadas na crise econômica e não na crise sanitária da covid-19. Tal fato propicia que os gestores utilizem de suas competências para a realização de ações em benefício próprio e com o intuito de reelegerem, objetivando a perpetuação de seus cargos (Balaguer Coll & Brun Martos, 2013; Cavalcante, 2016; Liendo, 2014; Meneguín & Bugarin, 2001; Carvalho, 2005).

Conforme abordado pela Teoria de Agência, podem existir conflitos de interesses entre o principal e o agente, gerando assim os pressupostos da assimetria informacional e o comportamento oportunista por parte do agente, com a finalidade de favorecimento pessoal, que neste estudo é a manutenção do poder por ele ou por seu partido. Pode-se compreender que a assimetria informacional é interessante aos prefeitos para que eles, como produtores e detentores das informações dos municípios, possam aumentar ou reduzir a assimetria informacional para os cidadãos, ou seja, eles podem divulgar mais as informações que contribuem para o seu interesse próprio e deixar de divulgar as que não contribuem, visando a reeleição e/ou recondução de seu partido no poder.

Ao contrário das variáveis anteriores que foram significativas, este estudo também traz variáveis que não são estatisticamente significantes, ou seja, que não influenciaram na reeleição e/ou recondução partidária. São elas: receitas próprias, receitas de transferências e despesas de capital, todas consideradas como condicionantes orçamentárias. Ademais, ressalta-se, neste contexto, a não significância estatística das despesas de capital, variável trazida na literatura por Balaguer Coll e Brun Martos (2013), Balaguer Coll et al. (2014), Cavalcante (2016) e Rocha et al. (2021). Todos os autores destacaram as despesas relacionadas a bens de longo prazo como mecanismos de demonstração das ações dos prefeitos, principalmente através das obras públicas.

Neste estudo a não significância estatística das despesas de capital pode ser entendida pelos reflexos da crise econômica e sanitária ocasionada pela covid-19 nos preços dos materiais de construção e, por consequência, nos contratos administrativos de obras e serviços de engenharia. Sendo assim, muitas obras e serviços foram paralisados e as despesas de capital não foram executadas. Para que estes serviços sejam finalizados necessita-se da aprovação de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos (TCE SC, 2022).

Por fim, o modelo que foi apresentado é estatisticamente válido como um todo, porque determinando o ponto de corte em 59,17% e avaliando a eficiência global do modelo que possui um percentual de previsão superior ao ponto de corte, com 59,99%, sendo válido estatisticamente como um modelo preditivo para a reeleição e/ou recondução dos municípios da região sudeste nas eleições de 2020.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar o perfil dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos e/ou seus partidos reconduzidos, bem como avaliar quais as condicionantes que interferem na probabilidade de reeleição dos prefeitos e/ou recondução de seus partidos no ano de 2020 sob um cenário de pandemia da covid-19. Foram analisados 1.428 municípios da região sudeste do Brasil, compreendendo 85,61% da totalidade de unidades de análise possíveis. Os municípios foram distribuídos da seguinte forma: Minas Gerais com 715 municípios, São Paulo com 573 municípios, Rio de Janeiro com 69 municípios e o Espírito Santo com 71 municípios.

Os resultados deste estudo mostraram que o perfil dos municípios que obtiveram êxito da reeleição e/ou recondução nas eleições de 2020 são amplos, sendo a região sudeste a mais rica e a mais populosa do país, possuindo diversas realidades que foram constatadas nas disparidades dos dados analisados. Notou-se que os municípios que alcançaram a reeleição e/ou recondução possuem baixa arrecadação própria, com predominância da arrecadação via transferências intergovernamentais. Ainda, que poucos prefeitos possuam alinhamento político partidário com os governadores e com o presidente. Ademais, em 2020, em um contexto de pandemia, têm-se que a quantidade de infecções foram díspares entre os municípios da região sudeste e a variável Programa Bolsa Família, que representa a vulnerabilidade social, foi a que apresentou a menor discrepância, demonstrando a homogeneidade da suscetibilidade dos munícipes do sudeste.

Outrossim, os gestores públicos municipais que valorizam os servidores públicos com salários melhores, arrecadam recursos sem contrapartida de ônus para a população, possuem apoio político, focam na distribuição de renda aos munícipes em vulnerabilidade social e que focaram na economia no período pandêmico, tiveram uma maior probabilidade de reeleição e/ou recondução de seus partidos nas eleições de 2020.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados indicam o interesse dos eleitores nas ações executadas pelos gestores públicos municipais, expondo que aqueles tendem a recompensar estes através do voto, em contrapartida ao atendimento de seus próprios interesses. Mediante a Teoria de Agência, compreendeu-se a existência da assimetria informacional em relação à divulgação ou não de informações para o principal e a utilização dela em benefício próprio, visando um comportamento oportunista, que neste estudo foi a manutenção do poder por ele ou por seu partido.

Como contribuição teórica deste estudo, a reeleição e/ou recondução partidária estão sujeitas a influências orçamentárias, políticas, socioeconômicas e pandêmicas na governança pública, a fim de usar esses elementos para atrair novos eleitores. Assim, o gestor público se perpetua em uma relação de troca com eleitores, políticos e outros grupos, visando a continuidade da gestão, possuindo a comunicação e informações como os principais aliados e a assimetria como direcionadora, visando divulgar o que é mais benéfico, utilizando o aparelhamento público na forma de distribuição de renda e de apoios políticos para manter e atrair também novos eleitores. Salienta-se neste ponto a importância de os eleitores participarem ativamente do processo eleitoral e na cobrança de informações completas, já que todas elas são públicas e devem estar disponíveis, permitindo a coleta e a análise para a decisão eleitoral.

Como contribuições práticas têm-se a importância das informações produzidas pelos gestores públicos locais, que são reflexos da execução de sua gestão. Ademais, o estudo busca compreender a possível utilização do aparato estatal para benefícios de cunho oportunista. No entanto, entende-se também que as informações são importantes para subsidiar o controle das organizações públicas, realizado pelo poder legislativo, pelos tribunais de contas e também pelo controle social executado pela população.

Como limitação deste estudo está a dificuldade de acesso aos dados e tratamento deles, onerando o trabalho, e a necessidade de se recorrer a diversos órgãos para obter as informações, dificultando o relacionamento entre elas. Ressalta-se também a falta de detalhamento e acesso às informações de gastos específicos da covid-19 e outros relatórios mais palpáveis para mensurar melhor a atuação dos prefeitos neste período pandêmico. Aditivamente, sugere-se para estudos futuros inserir mais ciclos eleitorais para aumentar as unidades de análise e para identificar as perpetuações de governos. Além disso, a inserção de outras regiões do Brasil e mais condicionantes da reeleição e/ou recondução podem contribuir para uma maior compreensão de tais fenômenos.

Referências

- Albuquerque, J., Andrade, C., Monteiro, G., & Ribeiro, J. (2007, julho). Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 7.
- Aquino, E. M., Silveira, I. H., Pescarini, J. M., Aquino, R., & Souza, J. A. D., Filho. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 2423-2446. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.
- Balaguer-Coll, M. T., & Brun-Martos, M. I. (2013). El efecto del gasto público sobre las posibilidades de reelección de los gobiernos locales. *Revista de Contabilidad*, 16(1), 74-80. [http://dx.doi.org/10.1016/s1138-4891\(13\)70008-6](http://dx.doi.org/10.1016/s1138-4891(13)70008-6).

- Balaguer-Coll, M. T., Brun-Martos, M. I., Forte, A., & Tortosa-Ausina, E. (2014). Determinants of local governments' reelection: New evidence based on a Bayesian approach [Working Paper, n. 2014/06]. *Economics Department, Universitat Jaume I, Castellón (Spain)*.
- Brasil. (1891). *Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1891*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm
- Brasil. (1988). *Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. (1997). *Emenda Constitucional, n. 16, de 04 de junho de 1997*. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm
- Brasil. (2009). *Emenda Constitucional, n. 58, de 23 de setembro de 2009*. Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm
- Brasil. (2022). *Painel Coronavírus*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 307-330. <https://doi.org/10.1590/0034-7612146623>.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612172594>.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- IBGE. (2022). *Divisão territorial brasileira*. Recuperado de https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=o-que-e&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=codmun
- IBGE. (2017). *Produto Interno Bruto - PIB*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>
- Ito, N. C., & Pongeluppe, L. S. (2020). O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, 54, 782-838. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200249>.
- Jensen, M.C., & Meckling, W.H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Liendo, N. A. (2014). Análisis comparado de los factores institucionales que impiden la reelección de los gobernadores argentinos. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, 14(26), 87-114. <https://doi.org/10.22518/16578953.143>
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20, 44-60. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300004>.
- Mendes, M., & Rocha, C. A. A. (2004). *O que reelege um prefeito?* Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa.
- Meneguín, F. B., & Bugarin, M. S. (2001). Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Revista Economia Aplicada*, 5(3), 601- 622. <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea219771>
- Meneguín, F. B., Bugarin, M. S., & Carvalho, A. X. (2005). O que leva um governante à reeleição? [Discussion Paper, n. 1135]. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.
- Ministério da Cidadania. (2022). *Bolsa Família*. Recuperado de <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>
- Ministério da Saúde (2022). *Covid-19: situação epidemiológica do Brasil nesta quinta-feira (16)*. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-nesta-quinta-feira-16>.
- Pinto, D., Kozikowski, H., Pilliati, J., Chelski, W., & Samaha, M. (2014). Teoria da agência e o controle social da gestão pública. *Revista Organização Sistêmica*, 5(3), 100-109.
- Rocha, T. C., Araujo, J. M., & Brunozi, A. C., Jr. (2021). Determinantes orçamentários, políticos e socioeconômicos da sucessão político-partidária: evidências sobre o comportamento eleitoral em

- municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 3(14), 035-052. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2021140302>.
- Sakurai, S. N., & Menezes, N. A., Filho. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137(1-2), 301-314. <http://dx.doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>.
- Sakurai, S. N., & Menezes, N. A., Filho. (2007, dezembro). Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, Recife, Pernambuco, Brasil, 35.
- Shikida, C. D., Monasterio, L. M., Araújo, A. F. D., Jr., Carraro, A., & Damé, O. M. (2009). 'It is the economy, companheiro!': an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data. *Economics Bulletin*, 29(2), 976-991.
- Silva, F. F., & Braga, M. J. (2013). Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008. *Planejamento e Políticas Públicas*, 40.
- Suzart, J. A. S., Zuccolotto, R., & Rocha, D. G. (2018). Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 127-145. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110107>.
- TCE SC. (2022). *Impactos da pandemia podem motivar reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras e serviços de engenharia*. Recuperado de <https://www.tcesc.tc.br/index.php/impactos-da-pandemia-podem-motivar-reequilibrio-economico-financeiro-dos-contratos-de-obras-e>